

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Combinados

O discurso de Fachin ocorre um dia depois de o magistrado se encontrar com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues.

Esforço hermenêutico

Ainda ontem, Fachin comentou o desafio da magistratura para aplicar a nova legislação penal contra o crime organizado, em particular o PL Antifacção, sancionado pelo presidente Lula. Na avaliação do presidente do Supremo, é preciso um “esforço hermenêutico rigoroso” por parte dos magistrados.

Painel do crime

O Conselho Nacional de Justiça lançou, ontem, o Painel Nacional do Crime Organizado, plataforma com informações processuais sobre organizações criminosas e milícias. Com dados que compreendem o período 2020 a 2025, o painel registrou uma alta de 160% de novos processos, passando de 2.607 para 6.761. No mesmo intervalo, os processos pendentes aumentaram 158%, de 6.141 para 15.829 ações penais.

Avanço no ensino

O Brasil superou a meta de alfabetização infantil em 2025, segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação. No ano passado, 66% das crianças estavam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental. Esse número supera em dois pontos percentuais a meta prevista, de 64%. Mais importante, representa um salto de sete pontos percentuais em relação a 2024.

Rumo a 2030

Vinte unidades da Federação atingiram a meta de 2025. E o país conta agora com três estados com alfabetização infantil de referência: Goiás e Paraná se juntam ao Ceará, com pelo menos 80% das crianças capazes de ler e escrever. Esse percentual é a meta prevista para 2030.

Asfixia financeira no crime organizado

Em um dia marcado, em Brasília, por iniciativas para combater o crime organizado, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, defendeu a necessidade de se desenvolver uma “inteligência financeira” no enfrentamento às quadrilhas. Fachin advogou a ideia durante o Encontro Nacional sobre os Desafios do Poder Judiciário ante o Crime Organizado, no Conselho Nacional de Justiça. Na avaliação do presidente do STF, é preciso haver uma estreita colaboração entre as diversas instituições de controle para combater crimes como lavagem de dinheiro.

“A criminalidade organizada é, em suma e essência, uma criminalidade econômica. Portanto, asfixiar financeiramente as organizações criminosas é tão ou mais eficaz que a resposta punitiva”, disse.

A aspiração de Fachin está em linha com a operação Carbono Oculto, a maior ofensiva já realizada no país contra o crime organizado. Em agosto de 2025, a força-tarefa identificou a extensão dos negócios ilícitos do Primeiro Comando da Capital (PCC), com ramificações na cadeia de combustíveis e no mercado financeiro, em particular na Faria Lima.



Selo para Tocantins

Um dos destaques nesse cenário ocorreu no Tocantins. O estado é o único da Região Norte a conquistar o selo ouro do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, concedido pelo MEC. Em quatro anos, o percentual de alfabetização infantil saltou de 14% para 61%.

Futuro do país

O ministro da Educação, Camilo Santana, comemorou os resultados sobre educação básica, destacando o engajamento de governadores e prefeitos com o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada. “Independente de questões partidárias e políticas, o que está em jogo são as crianças e o futuro desse país através da educação”.

Ainda falta

Na avaliação de Todos pela Educação, a fotografia do ensino fundamental é positiva. Mas ainda há desafios: 34% das crianças no Brasil estão defasadas na relação idade-alfabetização. Entre os fatores que contribuíram para o avanço, a ONG ressaltou o esforço de estados e municípios e a retomada do ensino presencial, após a pandemia de covid-19.

Acordo de cavalheiros

O deputado Domingos Neto (PSD-CE) deve se consolidar como presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Indicado pela bancada e apoiado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), Neto é consenso entre os líderes. Como o PSD de Gilberto Kassab cumpriu todos os acordos feitos na formação do bloco, a bancada não acredita que os partidos faltarão com o partido agora.

Águas passadas

Enquanto o senador Flávio Bolsonaro diz estar “feliz e confortável” com Sergio Moro no PL, o antigo desafeto do clã bolsonarista está pronto para ajudar o 01 na corrida ao Planalto: “Vamos mudar esse país. Flávio Bolsonaro, nosso pré-candidato. A mudança no Brasil começa pelo Paraná”.

ELEIÇÕES 2026

Ex-governador fluminense é derrotado no TSE por 5 x 2 e vê dificultar o projeto de tornar-se senador com apoio do bolsonarismo

Cláudio Castro inelegível até 2030

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» FABIO GRECCHI

O ex-governador fluminense Cláudio Castro está inelegível até 2030. Ele foi derrotado por 5 x 2 no julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), condenado por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022. Apesar de ter planos de concorrer ao Senado pelo PL do estado do Rio de Janeiro em outubro, com apoio do pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o projeto pode ficar prejudicado. Para isso, precisaria recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) e obter uma decisão que lhe permitisse disputar sub-júdice. Castro se desincompatibilizou, na segunda-feira, para se candidatar.

O presidente afastado da Assembleia fluminense (Alerj), deputado estadual Rodrigo Bacellar (União), e o ex-presidente da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos (Ceperj), Gabriel Rodrigues Lopes, também foram condenados à inelegibilidade. O trio, mais o agora conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ), Tiago Pampolha — à época vice na chapa de Castro —, foram acusados de usar o Ceperj e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para criar mais de 27 mil cargos comissionados irregularmente. A ideia era empregar cabos eleitorais e turbinar a reeleição da chapa Castro-Pampolha em 2022.

Os dois únicos votos a favor de Castro foram os dos ministros Nunes Marques e André Mendonça, que, aliás, serão, respectivamente, presidente e vice do TSE durante as eleições de outubro. Os demais magistrados — Antonio Carlos Ferreira, Floriano de Azevedo Marques Neto, Estela Aranha e Cármen Lúcia, presidente do tribunal — seguiram a relatora, Isabel Gallotti, e votaram pela condenação. Para os

cinco magistrados, houve abuso de poder político e econômico uma vez que Castro e seu grupo político se serviram da máquina pública.

Tão logo foi declarado inelegível, o ex-governador foi às redes sociais para se defender e anunciar que recorrerá da decisão do TSE — que, segundo ele, desconsiderou a “vontade soberana” da população que o elegeu.

“Reitero meu absoluto respeito aos ministros do TSE e ao devido processo legal, mas é importante que se diga que todas as acusações apontadas no processo se referem a questões anteriores ao período eleitoral de 2022 e não tiveram qualquer influência na expressiva votação que recebi”, escreveu Castro, ao lembrar que o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) o absolveu, em 2024, das mesmas acusações.

“Tristeza”

No voto que consolidou o placar de 5 x 2, Cármen Lúcia lamentou o fato de ex-representantes do Executivo fluminense acumularem envolvimento em escândalos. “Com alguma tristeza, estamos mais uma vez a votar um caso de práticas gravíssimas praticadas por governantes que receberam do bom povo do Rio de Janeiro a incumbência de representá-lo, e que, de novo, se vê com um julgamento a desmerecer aquela belíssima terra (...) Não há democracia sem ética”, observou.

Segundo a presidente do TSE, “não tenho dúvidas quanto à participação do governador Cláudio Castro nas irregularidades na Ceperj. A contratação atípica e excessiva de pessoal está demonstrada. Fica evidenciada a manipulação intencional da máquina administrativa estadual com o uso de programas e servidores para proporcionar apoio político, auferir proveito eleitoral e isso põe em risco

Andressa Anholete/Agência Senado



Segundo o TSE, ex-governador usufruiu de um esquema que inchou a máquina pública. Ele recorrerá da decisão

a igualdade entre os candidatos e compromete a integridade do processo eleitoral, o que é vedado”.

Chamaram a atenção, porém, os votos de Nunes Marques e André Mendonça a favor do ex-governador. No caso do próximo presidente do TSE, ele frisou que não havia provas de que as irregularidades apontadas pela acusação tiveram impacto no resultado das eleições de 2022.

“Ainda que os fatos examinados ostentem relevância jurídica e, em juízo próprio, possam vir a merecer reprovação, não se evidencia, no caso concreto, a presença de gravidade qualificada que justifique a incidência da sanção máxima do Direito Eleitoral. (...) A meu

ver, com todas as vênias aos votos em contrário, a repercussão eleitoral não restou comprovada, de forma que a manutenção do acórdão regional é medida que se impõe”, advertiu.

Mendonça, por sua vez, ponderou que, apesar de a prática de abuso de poder político e econômico ter sido comprovada, não havia provas suficientes que confirmem a participação do ex-governador no esquema. “Não vislumbro prova suficiente para configurar a certeza jurídica, acima de qualquer dúvida razoável, acerca da responsabilidade direta ou mesmo indireta do governador e candidato à reeleição nas irregularidades praticadas na Fundação Ceperj e na Uerj”, salientou.



Não tenho dúvidas quanto à participação do governador nas irregularidades. A contratação atípica e excessiva de pessoal está demonstrada”

Ministra Cármen Lúcia, presidente do TSE

STF vota se CPMI continua

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), levou para o plenário a avaliação da prorrogação da CPMI do INSS, determinada na segunda-feira pelo ministro André Mendonça. A análise será amanhã e muda o encaminhamento dado pelo relator, que submetera o caso ao julgamento virtual pelos 10 integrantes da Corte.

Caso a decisão de Mendonça seja confirmada, a CPMI ganhará mais 60 dias para dar continuidade às investigações. Mas se a decisão dos ministros for pela não prorrogação, o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), fica desobrigado de cumprir a determinação do relator.

O magistrado deu 48 horas para que fosse lido o requerimento de que a CPMI permaneça funcionando. O senador, porém, tem resistido a esticar a continuação dos trabalhos, daí porque vem sendo acusado de atuar, junto com os governistas, para enfraquecer as investigações sobre as fraudes contra aposentados e pensionistas da Previdência.

Ao autorizar a extensão dos trabalhos, Mendonça argumentou que não há motivos para impedir a tramitação do pedido. Segundo o ministro, “preenchidos os requisitos constitucionais e regimentais aplicáveis, a Mesa Diretora e a presidência do Congresso não dispõem de margem política para obstar o regular processamento do requerimento de prorrogação de uma CPMI, inclusive seu recebimento, leitura e publicação”.